



LIDO NA SESSÃO DO DIA

11 MAR 2014

1º Secretário

## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

ENCAMINHADA NOS  
TERMOS DO § 2º DO  
ARTIGO 188 DO  
REGIMENTO INTERNO

12 MAR. 2014

Carlos Alberto Martins Marvaile  
Secretário Legislativo  
Ato nº 005/2012/SRH/GAB.PALE

INDICAÇÃO

Nº

2123/14

AUTOR : DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES

Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia para Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania – SESDEC, da necessidade da dispensa de pagamento de taxas para emissão de documentos da população atingida pelas enchentes no Estado de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, vem através do presente indicar ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania – SESDEC, da necessidade da dispensa de pagamento de taxas para emissão de documentos da população atingida pelas enchentes no Estado. Tal iniciativa se prende ao fato de ter ocorrido o extravio de documentos pessoais juntamente com a danificação de suas residências e utensílios domésticos, além da perda de suas fontes de renda.

Plenário das Deliberações, 11 de março de 2014.

LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES

Deputado Estadual





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.			
PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
AUTOR : DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES			

### JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, Rondônia encontra-se no momento atravessando um período rigoroso de chuvas, que tem atingido não só as regiões do Guaporé, Mamoré e Madeira, mas também outras regiões do Estado com enchentes acima das previsões metereológicas, a exemplo da Zona da Mata, desalojando e desabrigando centenas de famílias, que além de terem sido afetadas com a danificação de suas residências, utensílios domésticos, lavouras e animais de produção, tiveram seus documentos extraviados, o que nos leva a indicar ao Poder Executivo, a necessidade da dispensa de pagamento de taxas para a emissão dos mesmos pelo órgão competente.

Como é de conhecimento de todos, os prejuízos são incalculáveis e em se tratando da unidade familiar, são ainda mais sérios já que ficaram sem qualquer fonte de renda, sem recursos para sua própria manutenção, quando estão vivendo de doações, portanto, quanto menos ônus os mesmos tiverem mais rápido poderão restabelecer a sua dignidade.

Dessa maneira, solicitamos aos Nobres Pares especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação.